

A Importância do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para o Fortalecimento do Setor Pesqueiro e da Economia Primária Brasileira

Itamar de Paiva Rocha¹
Eng^o de Pesca CREA 7226-D/PE

Em todas as discussões sobre o presente e o futuro da economia brasileira cita-se sempre o descontrole das contas correntes, aliado a deficiente rede de infraestrutura e o pouco investimento em educação, temas bastantes recorrentemente e apontados como as principais causas do preocupante cenário macro econômico brasileiro, os quais certamente serão ainda mais ressaltados nos próximos embates políticos, que precederão ao pleito eleitoral de outubro próximo.

As conclusões advindas dessas discussões apontam sempre na direção de que o próximo ocupante do Palácio do Planalto não poderá conviver com uma estrutura administrativa tão pesada, afinal de contas, já são 39 (trinta e nove) Ministérios/Secretarias Especiais e 25 Autarquias Federais com status ministeriais, dos quais, sempre são elencados aqueles que no consciente popular não justificam sua existência e, equivocadamente, se inclui o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Nesse contexto, na condição de Eng^o de Pesca, integrante da Primeira Turma (1974) de Engenharia de Pesca do Brasil (UFRPE), detentor de um vasto e vivenciado conhecimento da realidade da aqüicultura e da carcinicultura brasileira e mundial, incluindo uma real e lúcida noção sobre as perspectivas e oportunidades que a exploração dessas atividades representa para o fortalecimento da economia primária brasileira e, de forma especial, para o bem estar social e econômico das suas populações rurais, achamos por bem dar o nosso testemunho em defesa, apoio e fortalecimento do MPA.

Aliás, foi exatamente por não termos dúvida da importância e pertinência desse Ministério, que exercemos uma atuação política setorial decisiva para a sua criação pelo Presidente Lula e aprovação pelo Congresso Nacional. Evidentemente, que não estamos satisfeito com a forma como o MPA tem atuado, notadamente, com relação às prioridades das suas ações.

No entanto, passados 05 (cinco) anos da sua criação, mesmo questionando a forma de sua administração, em parte pelas interferências negativas do MMA e do MAPA, continuamos com a mesma convicção sobre a sua relevância como instrumento indispensável para liderar a indispensável e urgente *revolução azul* que o Brasil precisa empreender, transformando seus vastos e variados recursos naturais, abundantes em todas as suas macros regiões, em áreas aquícolas produtivas, fortalecendo a sua economia primária, com a criação de uma importante ordem econômica no meio rural, gerando oportunidades de negócios, empregos, renda, divisas e produzindo um alimento de inigualável valor nutricional.

As potencialidades brasileiras para a produção de pescado, notadamente via aquicultura, justificam plenamente a existência de um MPA, fortalecido e independente do MMA e do MAPA. Para tanto, basta avaliar que o nosso País possui 13,7% da água doce disponível no planeta, 4,5 milhões de Km² de Zona Econômica Exclusiva, 9.0 milhões de hectares de águas doces represadas (barragens, lagos e açudes), 1.0 milhão de hectares de áreas apropriadas para a exploração da carcinicultura marinha, afora as áreas salitradas, já sistematizadas, do médio São Francisco, aptas para o cultivo de peixes e camarão.

Esse invejável acervo ecológico natural, que inclui favoráveis condições climáticas, associadas a uma significativa produção de grãos e uma estratégica localização geográfica em relação aos mercados Americano e Europeu, coloca o Brasil em posição privilegiada no tocante à produção e exportações de moluscos, peixes e camarões cultivados, para o que demanda um sólida política pública.

Dessa forma, se a miopia da nossa classe política dominante teimar em dispensar um equivocado olhar sobre um instrumento institucional da maior importância para o fortalecimento da nossa economia primária, notadamente em se tratando da produção de um alimento nobre, como o pescado, certamente que as mencionadas oportunidades mais uma vez serão postergadas ou transferidas para o além mar.

Nesse sentido, basta lembrar que a piscicultura estuarina teve início no Brasil durante a ocupação holandesa na primeira metade do século XVII e, atualmente, a despeito do seu reconhecido potencial natural e de contar com excepcionais espécies marinhas, o nosso País tem uma pífia participação (0,1%) na crescente e significativa produção mundial da maricultura.

De modo idêntico, mesmo tendo sido responsável pelo desenvolvimento da tecnologia que revolucionou a piscicultura mundial, a reprodução induzida através da *hipofisacção*, ainda no início da década de 20 do século passado, no tocante a produção mundial de peixes de água doce cultivados (35.566.434 t) de 2011, o Brasil (541.151 t) continua amargando uma insignificante posição (1,52%) mesmo com um volume de água doce renovável, de 2,8 e 9,2 vezes maior do que o da China e do Vietnã, que no entanto produziram 21.544.136 t e 2.025.000 t, respectivamente.

O mesmo se repete com relação ao cultivo do camarão marinho, quando o Brasil chegou a ocupar o 6º lugar (90.360 t) no contexto global de sua produção, se destacando como líder mundial de produtividade (6.083 kg/há/ano) em 2003 e, com surpresa, assistiu esse desempenho decrescer para 10º lugar e 3.864 t/há/ano, respectivamente.

No entanto, é preciso levar em conta, o fato de que no ano de 2003 o camarão cultivado do Brasil ocupou o primeiro lugar das importações de camarão pequeno/médio dos Estados Unidos, seguido pela China, Tailândia e Equador. Da mesma forma, no ano de 2004, ocupou o primeiro lugar das importações de camarão de águas tropicais da União Europeia, tendo como destaques as importações da França, o mercado mais exigente da Europa, onde participou com 28%.

Além disso, quando se analisa o desempenho da produção de camarão cultivado do Brasil, entre o período de 1998 (3.600 t e exportações de 400 t/US\$ 2,8 milhões) a 2003 (90.360 t e 58.455 t/US\$ 226 milhões), quando ocupou o 2º lugar das exportações do setor primário da Região Nordeste, correspondendo a 55% das exportações de pescado do Brasil (US\$ 427,92 milhões), salta aos olhos a necessidade de um olhar diferenciado e de apoios específicos para essa estratégica atividade.

Para se compreender melhor a dimensão das alentadoras oportunidades que a carcinicultura pode proporcionar ao Brasil, basta comparar a presente situação brasileira, com o atual desempenho da carcinicultura do Equador, um país que possui apenas 600 km de costa, igual à do Estado do Ceará, cuja exploração de 180.000 ha de viveiros, contribuiu para uma produção de 300.000 t de camarão, com exportações de 215.561 t e captação de US\$ 1,67 bilhão de dólares de divisas em 2013, enquanto o Brasil, explorou apenas 22.000 há, de um total de 1.000.000 de hectares disponíveis, com uma produção de apenas 85.000 t e exportações de 612 t / US\$ 4,1 milhões no referido ano.

Inclusive, se destaca que no cômputo das exportações globais de proteínas de origem animal do ano de 2011(US\$ 46,4 bilhões), o Brasil com uma participação de US\$ 15,8 bilhões, se destacou de forma expressiva (34%), enquanto que suas exportações de pescado (US\$ 245,0 milhões) corresponderam a pouco mais de 0,17% das importações mundiais desse setor (US\$ 140,0 bilhões) no referido ano.

Adicionalmente, cabe ressaltar que a China, maior produtor mundial de pescado, já ocupa a terceira posição dentre os principais importadores desse nobre produto, com alentadoras previsões de crescimento, conforme se deduz da análise da evolução de seu consumo per capita nos anos 1980 (10 kg); 2000 (20 kg) e 2010 (28 kg), sendo que o sonho de consumo de pescado dos chineses é de 50/60 kg/per capita/ano.

Por isso, diante desses números, a indagação e o desafio presente é exatamente, quem irá alimentar a China com pescado?! As oportunidades estão postas, quais os potenciais candidatos para atendê-las? Certamente o Brasil detém condições naturais para ocupar esses espaços, mas precisaria enfrentar e resolver seus equivocados entraves ambientais, burocráticos e sua incipiente política de incentivos e apoio setorial. A outra opção seria a África, que precisaria superar seus graves conflitos sociais e os reais e insolúveis problemas sanitários e políticos.

Da mesma forma, não se pode deixar de observar a realidade dos números do trading mundial de pescado da China: exportações de US\$ 18,2 bilhões e importações de US\$ 7,5 bilhões, afora US\$ 3,7 bilhões de Hong Kong, totalizando US\$ 11,2 bilhões em 2012, o que já

colocou esse país como o terceiro maior importador de pescado do mundo, abaixo apenas do Japão (US\$ 18,0 bilhões) e dos Estados Unidos (US\$ 17,6 bilhões)

Portanto, a prova de que se mudarmos o rumo da atual política pesqueira e, especialmente, da aquícola brasileira, através de um MPA autônomo e fortalecido, poderíamos reverter, num curto espaço de tempo, o precário desempenho do setor pesqueiro brasileiro, pode ser confirmada quando se compara a evolução da produção de pescado do Brasil com a do Vietnã, tomando como referencia os anos de 1987 e 2012, cujo destaque foi o fato de que em 1987 a produção de pescado do Brasil (947.922 t) foi superior à do Vietnã (868.000 t), enquanto em 2012 o Vietnã produziu 5.707.700 t e o Brasil, 1.550.448 t, sendo que no referido ano o valor das exportações de pescado do Brasil foi de apenas US\$ 243,3 milhões, comparado com US\$ 6,3 bilhões do Vietnã.

Na verdade, as amplas e favoráveis oportunidades para o pescado brasileiro no próprio mercado interno, se constitui um outro fato altamente positivo para o setor, tanto com relação às perspectivas de aumento do consumo de camarão como de peixes e moluscos cultivados, como aliás pode ser confirmado pela análise do consumo per capita de carnes vermelha (55,5 kg) e aves (44,0 kg), em relação ao consumo de pescado (8,5 kg) e de camarão (0,6 kg) em 2012.

Notadamente, quando se considera que os preços do camarão e dos peixes e moluscos oriundos de cultivos são muito competitivos em relação aos das carnes vermelhas. Isso, sem falar nos efeitos benéficos que o consumo regular de pescado, pelo menos 2 vezes por semana, de acordo com estudos realizados pela academia dos EUA, **traz para a saúde dos seus consumidores, reduzindo em 36% os riscos de mortalidade por doenças coronárias.**

Em realidade, não existe a menor dúvida de que o cultivo de organismos aquáticos, tanto marinhos como de água doce, constitui a alternativa de maior viabilidade para inserir o Brasil, de forma especial as Região Nordeste, que oferece condições climáticas favoráveis durante todo o ano, se insira no gigantesco trading mundial de pescado – um valor da ordem de US\$ 300,0 bilhões/ano – cuja participação brasileira foi demasiadamente insignificante, US\$ 1,7 bilhão (0,57 %) em 2013 e, ainda mais grave, com uma mínima contribuição da referida Região que, adicionalmente, não teve qualquer participação no trading mundial das carnes, que foi da ordem de US\$ 96 bilhões/2013.

Evidentemente, que a exploração pesqueira oceânica, notadamente dos recursos demersais de profundidade e, especialmente, das espécies pelágicas altamente migratórias, representadas pelos atuns e afins, se constitui uma alternativa e uma oportunidade de grande relevância para a ocupação da região oceânica e para a estratégica aproximação com os países da costa do Atlântico Sul, o que naturalmente exigirá um aporte tecnológico diferenciado.

No entanto, quando se considera o volume de pescado e o valor movimentado anualmente (500.000 t e US\$ 4 bilhões), com redobrado interesse tanto pelo Japão e União Européia, como pelos EUA, não há dúvidas de que o Brasil precisa dispensar uma atenção especial e prioritária a esse assunto, incluindo um olhar diferenciado na elaboração de uma política de apoio à viabilização da exploração desses recursos.

Por tudo o que foi dito e ressaltado é que defendemos com todo vigor o fortalecimento do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) como parte essencial da estrutura administrativa do novo Governo Federal que se iniciará em 2015, pois em realidade seria um equívoco imperdoável se o Brasil, com tantos predados naturais, notadamente para a exploração aquícola, motivado apenas pela falta de um conhecimento específico, retrocedesse e deliberadamente abdicasse de uma participação privilegiada no colossal e sempre crescente mercado mundial de pescado.

Basta levar em conta, que de acordo com a FAO, a demanda reprimida de pescado, projetada para 2030, será da ordem de 30 milhões de toneladas/ano, a qual só poderá ser atendida mediante a exploração da aquicultura, uma atividade que o Brasil detém invejáveis recursos naturais, além de uma localização geográfica privilegiada, associado a uma sólida infraestrutura básica, para viabilizar essa exploração e ocupar a liderança mundial desse setor.

Naturalmente, o que precisa ser mudado no atual contexto do MPA, é o enfoque das políticas e a forma de administrar essa verdadeira joia da coroa, com o que concordamos plenamente, pois tem sido exatamente, o predominante desconhecimento da realidade setorial e a falta das indispensáveis competências técnico-setorial, que levaram a um desempenho do setor

pesqueiro e aquícola brasileiro, em total desacordo com as suas reais potencialidades natural para a produção de pescado.

Na verdade, o sentimento predominante em todo o nosso setor, é que o MPA precisa ser dotado de uma maior profissionalização na sua estrutura administrativa, notadamente no contexto da definição e adoção das indispensáveis e corretas políticas públicas, de incentivo e promoção requeridas para um racional desenvolvimento do setor aquícola e da pesca artesanal e industrial brasileira.

É imprescindível, portanto, que na discussão do futuro do MPA, seja levado em conta, que além das oportunidades precedentemente mencionadas, se leve em conta que o atual dispêndio com o seguro defeso para pescadores artesanais já supera R\$ 2,0 bilhões/ano, um valor crescente, preocupante e injustificável, considerando as reais alternativas e oportunidades que oferece a aquicultura/carcinicultura familiar, no contexto da inclusão social.

Especialmente, quando se tem presente, que a base da pirâmide da produção aquícola, brasileira e mundial, é formada por micros e pequenos empreendimentos, que no caso particular da carcinicultura marinha brasileira, corresponde a 75% do total de produtores, além de ser a atividade que gera mais emprego produtivo (3,75/hectare), sem exigência de qualificação (88%), por unidade de área explorada, promovendo uma real e digna geração de oportunidades para micro negócios, empregos e rendas no meio rural, superando um desafio que as políticas públicas tradicionais não conseguem realizar.

Ao concluir essa breve análise, reiteramos o alerta aos atuais e futuros ocupantes do Palácio do Planalto, para que antes de colocarem o barco irremediavelmente à deriva, baseado apenas em camufladas aparências, consultem os verdadeiros timoneiros desse importante, estratégico e promissor setor, sobre as reais medidas e políticas requeridas, para dotar o MPA da necessária competência e independência, com vistas a encaminhar o Brasil para assumir a liderança mundial da produção de pescado.

⁽¹⁾ **Diretor Presidente da ABCC (abccam@abccam.com.br / www.abccam.com.br); Diretor do DEAGRO/FIESP; Conselheiro do CONSAG/FIESP; Conselheiro Titular do CONAPE/MPA e Diretor Presidente da MCR Aquicultura (www.mcraquacultura.com.br).**